

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – Sindicato dos Trabalhadores do
Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais - SITRAEMG**

Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, na sede do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais – SITRAEMG – localizada na Rua Euclides da Cunha, 14, bairro Prado, em Belo Horizonte, em conformidade com as previsões contidas nos artigos 13 a 16, do Estatuto atual do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais – SITRAEMG – e atendendo ao Edital de Convocação publicado no site deste Sindicato (www.sitraemg.org.br), em 30 de julho de 2016, nas pessoas dos Coordenadores Gerais, Alan da Costa Macedo, Alexandre Magnus Melo Martins e Igor Yagelovic, reuniram-se em assembleia geral extraordinária, às 09h30min em última chamada, servidores filiados a este Sindicato das Justiças do Trabalho, Eleitoral, Federal e Militar, com quórum qualificado em lista de assinatura que será anexada ao término desta ata, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte pauta: 1) Debate e deliberação para aquisição de imóvel, em conformidade com o Art. 16, inciso VI do Estatuto da entidade; 2) Debate e deliberação sobre o imposto compulsório Sindical; 3) Reforma estatutária do SITRAEMG – apresentação da diretoria de proposta com definição de data, agendamento de seminário e AGE para deliberação sobre as alterações a serem promovidas; 4) Formas de mobilizações para nossas pautas: reposição salarial, data-base, direito de advogar, jornada de 6 horas, assédio moral, nível superior etc. Igor Yagelovic cumprimentou os presentes e em seguida fez a leitura da convocatória (anexa). Propôs a inversão da pauta, iniciando-se pela discussão do ponto 2) Debate e deliberação sobre o imposto compulsório Sindical, proposta aceita pelos presentes. Igor Yagelovic aproveitou, ainda, para reiterar o convite aos servidores chefes de cartório para participarem das atividades de pressão pela aprovação do PLN 003/2016, na próxima semana em Brasília. Informou também sobre a audiência pública a ser realizada em Brasília sobre o PLP 257, no dia 13/07. José Francisco Rodrigues informou que, além do PL 257, existe o PL 241, mais nocivo até para os servidores públicos. Em seguida, Dr. Daniel Hilário, advogado do Sindicato convidado pela mesa, prestou informes sobre o imposto Sindical: 1) é descontado, por lei, um dia de trabalho no mês de março de todos os trabalhadores, inclusive dos servidores; 2) Sindicato possui tutela antecipada para que servidores filiados não sofram desconto do imposto sindical. 3) tutela antecipada em sentença, porém ainda haverá julgamento de apelação da União e reexame da matéria. 4) atualmente é descontado pela Justiça Federal apenas dos servidores não filiados. 4) é feita devolução proporcional de parte da contribuição sindical (pois parte do valor é destinado a outros órgãos/entidades, conforme CLT) aos servidores que se filiaram, quando solicitado ao sindicato, de acordo com decisão anterior em assembleia; 5) o problema é que quando é devolvido pode caracterizar: a) renúncia tributária; b) afronta a isonomia tributária. Assim, poderá implicar em até problemas futuros com a Receita Federal. Neste caso, o Jurídico sugeriu que seja ser feita devolução do imposto de forma indireta, como por exemplo, abatimento no valor da mensalidade sindical, sendo necessário acordo com a administração, visto que o desconto da mensalidade sindical é feita diretamente em folha de pagamento dos filiados. Foi concedido tempo para manifestação dos presentes. Osmar Souto sugeriu que, antes de optar pela devolução indireta com desconto na mensalidade, consultar os tribunais sobre a viabilidade em razão da dificuldade de elaboração de folha de pagamento. Júlio César O. Brito informou que o desconto deverá se estender a todos os servidores, por força de Lei, e pediu esclarecimentos sobre quais os tribunais fazem o desconto atualmente, tendo sido esclarecido de pronto de que somente na Justiça Federal efetua o desconto. José Francisco Rodrigues informou que o Sitraemg recebe o imposto sindical por imposição e que existe determinação de AGE na qual o Sindicato abre mão desta receita. Luiz Fernando Rodrigues Gomes

destacou que os sindicatos e outras entidades recebem o imposto sindical, os partidos políticos a contribuição partidária, receitas que os mantêm. É contra a devolução do imposto, pois acha que, por ser previsto em lei, esse dinheiro servirá para a própria luta. Rosilene Valadares salientou que a AGE deve decidir sobre a devolução. No entanto, com relação ao Sindicato abrir mão ou não desta receita, ressaltou que o Sindicato não precisa desse fundo, além de que no momento de crise seria mais um custo para os servidores. Célio Izidoro Rosa propôs a devolução proporcional a todos os servidores, pois acredita que o Governo não deve impor cobranças aos trabalhadores. Destacou que os servidores não filiados devem se filiar por si sós, com consciência sobre a necessidade de fortalecer o sindicato e as lutas da categoria. Daniel Hilário esclareceu novamente que o Sindicato não pode recusar a receber a contribuição sindical e é arriscado devolver somente para filiado, pois acarreta isonomia tributária, podendo tornar-se um problema. Alexandre Brandi ressaltou que essa contribuição tributária serve mesmo para “criação de sindicatos pelegos e a comparação feita com fundo partidário foi infeliz”. Destacou que o Sindicato dispõe de recursos e não depende desse imposto. Logo, a ideia seria fazer a devolução aos não filiados em cheque, por exemplo, e trabalhando a questão da filiação desse servidor paralelamente. Assim, a questão aqui será estabelecer como será feito esse processo de devolução, que hoje dirá um montante em torno de 106.000,00 (cento e seis mil reais) ao ano, e propôs convidar esses servidores – não filiados – a virem ao Sindicato para esclarecimentos e necessidade de se filiarem para se fortalecerem. Daniel Hilário informou, ainda, que a devolução atualmente é feita mediante a solicitação e que é um número pequeno de servidores que a solicitam. Tânia Mara Cordeiro pontuou algumas preocupações: 1) é que deve ser feito cálculo de impacto financeiro, com valores, para assim poderem tomar decisão sobre a questão da contribuição sindical. 2) ter controle sobre a questão de o não filiado se filiar apenas para receber a devolução do valor e desfiliar-se em seguida. 3) Informou que é contadora e contribui com dois sindicatos, precisa saber se neste caso necessita contribuir com os dois. Rodrigo Peixoto informou que existe PEC que trata do assunto do imposto sindical e sugeriu verificar sobre isso, já que a tutela antecipada pode cair. Osmar Souto lembrou que hoje a situação financeira do Sindicato é boa, mas não se sabe no futuro e que adquirir direito (no caso a contribuição sindical anual). Sugeriu que devam resguardar o direito e usar com ferramenta para angariar benefícios para o próprio servidor. Fernando Guetti também ratificou a fala dos colegas Osmar Souto e Luiz Fernando Rodrigues Gomes. Com relação ao controle, no caso de filiar apenas para receber a devolução, sugeriu estipular prazo de 12 meses para efetuar a devolução do imposto, mantendo, desta forma, o servidor filiado. Ressaltou que esse dinheiro deve ser recebido e devolver apenas para filiados, pois é um direito e que contribui para a luta e fortalecimento do sindicato. Alexandre Brandi destacou a importância da votação sobre esse tema imposto sindical, e por questão de ordem propôs que a votação fosse nominal, com registro em ata. O coordenador Igor Yagelovic propôs, diante das diversas ponderações apresentadas, a suspensão da votação a fim de que seja feito levantamento financeiro, com valores e impacto financeiro para subsidiar a decisão da categoria. Em votação da proposta apresentada pelo coordenador, por ampla maioria, foi aprovada a suspensão dessa questão até que seja feita análise detalhada e apurada sobre os valores e esclarecimentos para filiados e não filiados, divulgada no site e convocada AGE específica para apreciação do tema. Logo após, passou para o ponto 1) Debate e deliberação para aquisição de imóvel, em conformidade com o Art. 16, inciso VI do Estatuto da entidade. Igor Yagelovic prestou informações sobre a compra do imóvel pretendido cujas finalidades principais são: atender a demandas de servidores do interior que já utilizaram o saldo de diárias, principalmente aposentados com necessidades mais específicas, e para coordenadores do interior, além de ter sido uma recomendação anterior do Conselho Fiscal do Sindicato. Informou que a Diretoria já discutiu o tema e que sugere a aquisição do bem nas imediações do Sindicato. Foram abertas as inscrições para os presentes se manifestarem e com o tempo limitado de 2 minutos para cada pessoa. Luiz Fernando R. Gomes: destacou que já tiveram experiência infeliz em gestão anterior com locação de imóvel para atender filiados. Preocupação com o fato de o servidor do interior ficar à

mercê e sob risco de violência em Belo Horizonte, citando exemplos da falta de segurança ao entrar e sair do imóvel, da falta de estrutura relacionadas à limpeza e alimentação no apartamento. José Francisco Rodrigues: questionou se já há: valor? Local? Comissão de servidores para participar da aquisição do imóvel a fim de evitar o que houve na compra do carro. Alexandre Brandi: informou que o apartamento que Luiz Fernando se referiu foi na gestão em que ele foi presidente e argumentou que o que houve foi que os servidores e até o advogado do sindicato não quiseram se hospedar no apartamento. Informou que hoje há o custeio de diárias, anteriormente limitadas para curso e tratamento de saúde, mas que no atual regulamento não constam essas restrições. Salientou que a compra de um imóvel pode recair na recusa da hospedagem, como aconteceu anteriormente. Informou que tem proposta feita por ele, deliberadamente, sobre outra solução que é a construção de apartamentos na área externa ao prédio. Gerson Appenzeler: ideia de que dinheiro em Sindicato “é vendável”, logo seria bom que o Sindicato aplicasse, mas de que forma? Ideia de uma sede campestre, embora necessite de manutenção. É contra compra de apartamento, mas a favor de outro tipo de imóvel – uma casa, um lote para dar autonomia ao Sindicato. Hélio Canguçu: a favor de compra de imóvel, mas não apartamento, pois este não vai resolver o problema dos filiados do interior. Questionou o porquê da limitação de valor de 500.000,00 (quinhentos mil reais) para aquisição de imóvel. Igor Yagelovic respondeu que o valor correspondente a um apartamento mediano. Fernando Guetti: a favor da compra do apartamento. Sabe que não resolve o problema, mas o Sindicato precisa investir o dinheiro, evitando-se risco de gastos indevidos como já ocorreu em outros sindicatos. Além do mais, o imóvel servirá para todas as futuras gestões e manifestou ser a favor da compra de até mais de um apartamento com vistas a aplicar bem o dinheiro. Rosilene Valadares: contra a aquisição do apartamento, pois: 1. Impacta dinheiro. 2. Sindicato não é filantropia e sindicato deve pagar para servidor participar de eventos sindicais, não para resolver questões pessoais. 3. Não há como o sindicato resolver problemas pessoais, pois são mais de 5 mil filiados. 4. Apartamento não vai atender às demandas e questionou, por exemplo, como se hospedarão homens e mulheres desconhecidos num mesmo local. Tânia Mara: 1) falta de informações detalhadas e valores para subsidiar decisão. 2) falta informação para contrapor: custos de diárias no ano, custo de aluguel, custo de manutenção, etc. 3) analisar limites de diárias concedidas atualmente. 4) Sugere investir em outras demandas da categoria. 5) cuidado com obra para não criar esqueleto. 6) risco e problemas na aquisição/construção de imóvel: não tem problema agora, mas pode estar com risco alto. Eva Nascimento: ratifica fala das colegas Rosilene. Informou que reside na RMBH e que muitas vezes sai dos eventos antes do final para chegar com segurança em casa, pois tem consciência que não é correto pegar táxi/hotel para custeio do sindicato. Ressalta que o dinheiro deve ser gasto nas lutas. Osmar Souto: lembrou que há muito tempo o imóvel ao lado estava à venda, mas a gestão à época optou por não compra-lo. Pensa que deve investir o dinheiro e que imóvel é investimento que não irá prejudicar a luta. Lembrou que essa boa condição financeira do Sindicato atualmente é devida ao repasse dos valores depositados em juízo para a Unimed cuja ação foi julgada a favor do Sindicato. Vilma Lourenço: contra a compra do apartamento. Ressaltou que em viagem os servidores precisam de ter mais conforto, o que no apartamento pode não ocorrer pela falta de estrutura e de serviços, como café da manhã. Ressaltou que precisam valorizar a sede que está se deteriorando, destacando que só a parte do fundo está com previsão orçamentária para reforma. Fernando Neves: sindicato deve investir na luta da categoria, combatendo as administrações em prol dos servidores. Propôs a rescisão imediata do apartamento alugado. Lembrou que está em andamento o projeto de construção de prédio do T R E e solicitou ao Sindicato combater esse projeto junto à administração do tribunal. Solicitou ao Sindicato combater a implementação das 7 horas que estão sendo implantadas a partir de agosto, no período eleitoral. Fernando Fontenelle: contra a compra do apartamento. Júlio César O. Brito: propôs que sindicato faça estudo sobre viabilidade de construção nos espaços ociosos: estudos sobre custos de manutenção de apartamento; estudos sobre viabilidade de aquisição de outros tipos de imóveis (lote, reforma,

apartamento, etc.) e apresente tais estudos para que a categoria possa analisar e decidir. O coordenador Célio Izidoro Rosa defendeu a compra do apartamento não para atender servidores do interior, mas sim devido ao custo do aluguel anual do apartamento que inclusive vem sendo necessário desde outras gestões. Devem votar pela compra ou não do apartamento para atender, sobretudo, diretores de base, coordenadores que venham a Belo Horizonte para fazerem trabalhos políticos-sindicais. Com relação à construção, esta seria uma outra proposta. Davi Landau: propôs: fazer comissão aberta constituída por servidores para debater e estudar, pois têm várias dúvidas e devem ser feitos estudos preliminares. Em votação, a maioria aprovou a criação da Comissão independente para elaboração de estudo e foram aclamados os servidores Fabiano Goeking Avelar (T R E), Tânia Mara Cordeiro (T R E), Rosilene Valadares de Matos (T R E), Hélio Canguçu Souza (TRT), Alexandre Brandi Harry (T R E) e Olavo Antônio de Oliveira (JM) para composição da mesma. Ficou acordando, também, que a comissão deverá em 90 dias para apresentar os estudos/propostas de aquisição ou construção ou ambos ou nenhum deles e que a Diretoria disponibilize à comissão todas as informações necessárias e possíveis a serem solicitadas. Após apresentação do estudo à Diretoria, esta deverá divulgar e convocar assembleia para apreciação e deliberação. Passou-se, então, para o ponto da pauta 3) Reforma estatutária do SITRAEMG – apresentação da diretoria de proposta com definição de data, agendamento de seminário e AGE para deliberação sobre as alterações a serem promovidas: Igor Yagelovic prestou informes sobre o Coletivo de Reforma Estatutária e informou sobre as datas previstas para realização de seminário preliminar e assembleia para votação, sendo 10 de dezembro/2016 e 29 de janeiro/2017, respectivamente. Reiterou a necessidade de envio de propostas via e-mail. Osmar Souto prestou também outros esclarecimentos e as dificuldades do Coletivo para se reunir. Informou sobre a dinâmica dos trabalhos realizados pelo Coletivo, do link no site para envio de propostas. Ressaltou o afastamento de alguns membros e propôs a continuidade dos trabalhos, sendo que todas as propostas enviadas e não acatadas/discutidas pelo Coletivo, serão apresentadas para aprovação no seminário/AGE a serem agendados para este fim. Luiz Fernando R. Gomes lembrou a última alteração/votação feita no estatuto. Propôs que a categoria se reúna em um dia, em regime de votação, para efetuar a discussão de todo o estatuto e colocação de destaques, sendo o dia seguinte a discussão dos destaques e a votação/aprovação das mudanças. José Francisco Rodrigues: informou que o estatuto é composto por 87 artigos. Dificuldade é reunir o Coletivo, assim propôs um quórum mínimo para reunir, com um representante da diretoria, pois acredita que assim é possível trabalhar perfeitamente. Rosilene Valadares propôs que o Sindicato faça ampla divulgação da Reforma Estatutária, pois é de grande importância esse trabalho. Com relação às datas do seminário e AGE, em períodos de férias, sugere que tudo seja feito em 2017 a fim de ampliar a participação, ou do contrário o seminário em novembro/2016 e AGE em fevereiro/2017. Fabiano Goeking: questionou até quando podem enviar sugestão. Osmar Souto informou que enquanto houver a formação do coletivo, inclusive no seminário/AGE, poderão enviar sugestões/propostas. Com relação às datas, Osmar ressaltou que está apertado o calendário em lembrou que em 2017 já haverá processo eleitoral no Sindicato. Vilma Lourenço: 1. Ressaltou importância da reforma estatutária de forma a contemplar novas demandas atuais da categoria. 2. Jurídico deve acompanhar. Ciro dos Anjos: sugeriu que devem ser enviadas mensagens via sms/whatsapp para os filiados sempre lembrando sobre esses trabalhos. José Francisco Rodrigues informou que o Raimundo Sérgio Campos, com amplo conhecimento nesta área, participará da finalização do pré-projeto a ser apresentado pelo Coletivo, bem como o Jurídico efetuará a revisão dos trabalhos. Após discussão, foram aprovadas: 1. O Quórum mínimo a partir de 3 (três) membros do Coletivo e mais um representante da Diretoria para instalação da reunião do Coletivo. 2) Ampla divulgação, inclusive via msn, sobre a importância da participação e envio de propostas para reforma estatutária. 3) Coletivo estudar a viabilidade e decidir para que sejam realizados o seminário e AGE em fevereiro/2017, em local preferencialmente afastado de Belo Horizonte. Iniciou-se a discussão/deliberação do ponto 4) Formas de mobilizações para nossas pautas: reposição salarial, data-

base, direito de advogar, jornada de 6 horas, assédio moral, nível superior etc. Igor Yagelovic prestou informes sobre os PLs acerca de Direito de Advogar e PEC da Data-Base encaminhadas pelo Sindicato e acatadas por parlamentares. Célio Izidoro destacou que será necessário o trâmite da PEC e ressaltou que esta é de interesse de todos os servidores. Ressaltou que as propostas de mudanças da Previdência e a necessidade de o Sitraemg construir essa luta, inclusive juntamente com outras entidades, a fim de combater tais propostas. Igor Yagelovic informou sobre a participação do Sindicato na Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência, um dos únicos do Judiciário a fazer parte, além da participação na Frente Mineira que tem sido efetiva a participação do Sitraemg, bem como dos trabalhos até então realizados, especialmente com relação às questões sobre a Reforma da Previdência e PL 257. Informou, ainda, sobre a perda de direitos e a nocividade das reformas propostas e que precisam ser combatidas, além de destacar que a Previdência não é deficitária, como vem sendo amplamente divulgada pela mídia e governo. Célio Izidoro destacou outros projetos nocivos que necessitam ser combatidos com luta, a exemplo a terceirização, a PEC 555, dentre outros. Alexandre Brandi: parabenizou Diretoria sobre estar à frente dessas questões relacionadas à Previdência. Ressaltou que causa estranheza somente o Sitraemg estar participando, uma vez que a Federação, que recebe contribuições mensais dos Sindicatos, estar de fora. Ressaltou a necessidade de cobrar da Federação e outros Sindicatos do Judiciário sobre a não participação nesta questão da Previdência e campanha de mobilização dos servidores em todas as questões relacionadas aos projetos prejudiciais a eles. Rosilene Valadares: informou sobre reformas feitas anteriormente na Previdência e que prejudicaram para sempre os servidores. Destacou que essa proposta atual da reforma da Previdência já estava engavetada há tempos e que segue tendência da Europa. Devem se mobilizar para que ao menos consigam amenizar essas reformas e fazer trabalho com parlamentares, a exemplo do que foi feito ao longo da greve. Informou sobre trabalho que alguns servidores estão fazendo paralelamente e que irão convidar a ANFIP para apresentar dados/informações sobre o tema. Chamou a atenção, ainda, sobre o PL 257 e como o Governo está administrando o patrimônio, razão que deve ser acompanhada de perto. Gerson Appenzeler: estudar possibilidade de iniciar no Sitraemg campanha Nacional sobre a “Previdência é Nossa” e que esta deve ser gerida pelo povo. Devem enfrentar todos os obstáculos para que a Previdência tenha caixa exclusivo, pois o dinheiro é do povo e deve ser gerido pelo povo. Ressaltou que o Sindicato deve ter participação permanente e contínua na Frente Mineira e Frente Nacional. José Francisco Rodrigues: apresentou gráfico da Auditoria da Dívida e prestou informes sobre os dados de despesas e receitas do Governo nas quais constata-se rombo nas contas. Propôs que o Sindicato não trabalhe somente com a categoria e outros sindicatos do Judiciário, mas também com a sociedade, pois sempre que divulgam dados de rombos na Previdência, a sociedade “compra” essa mentira. Importantíssimo conscientizar a categoria sobre questões da Previdência e suas reformas, pois esta ainda não se atentou para este tema que já é uma realidade para a categoria. Sobre a PEC 241, fez a leitura de dois artigos, ressaltando os prejuízos para os servidores. Igor informou que o PL 257 foi rejeitado, não tendo nova data para votação. David Landau: sobre a sanção do PLC “leitinho” 29/2016, entende que há risco de não sanção pelo presidente interino. Pensa também que se sancionado, será cobrado caro dos servidores e a PEC 241 praticamente destrói o serviço público. Sugere seminário com colegas da Receita que tenham dados para serem apresentados sobre questões da Previdência e a categoria ter condições de contrapor às mentiras que estão sendo repetidas. Precisam se unir a todos os servidores públicos para derrubarem os ataques promovidos pelo Governo, inclusive com demais trabalhadores da iniciativa privada. Destacou que muitos Sindicatos se mobilizando contra o governo interino Temer e que Governo precisa saber que todas as categorias irão se empenhar para o “Fora Temer” se este continuar com a implementação desses projetos que retiram direitos dos trabalhadores. No entanto, destacou Landau, para se contraporem precisam de atuação política e devem colocar claramente quem é o Temer, assim como fizeram com clareza com outros presidentes, e construir luta conjunta com outros sindicatos e outras categorias. Vilma Lourenço:

“direito não se perde, amplia-se”. Em questão de direitos, o Brasil está atrasado, pois Sindicato entrou no Brasil 100 anos depois da Europa. Estão permanentemente perdendo direitos conquistados com as lutas pelos trabalhadores. Necessidade de estarem sempre mobilizados para lutarem. Sobre manutenção de jornada de 6h no T R E, na Bahia foi formada comissão de servidores, em assembleia, juntamente com Sindicato para atuarem no Tribunal e que precisam atuar também em Minas junto à administração para se evitar a implementação da jornada de 7h no período eleitoral. Informou, também, que o Sitraemg está junto com os servidores públicos federais. Júlio César O. Brito solicitou ao Sitraemg officiar a FENAJUFE, bem como outros sindicatos, sobre a não participação nas frentes relacionadas, sobretudo, às Reformas da Previdência, pois ao Sitraemg cobrar da Federação o cumprimento de suas obrigações, inclusive do estatuto. Ainda, questionar a Fenajufe o que fez em anos anteriores com relação a essas demandas. Rodrigo Peixoto: ponderou que as questões do NS são sempre deixadas por último, mesmo sendo uma causa urgente. Em seguida, Rodrigo apresentou as propostas do grupo NS para que sejam encaminhadas pela Diretoria do Sindicato: 1. Promover atos públicos e mensais em defesa do NS. 2. Officiar tribunais regionais para que estes officiem o STF e tribunais superiores pedindo alteração da escolaridade do ingresso de nível superior por meio de PL específico. 3) marcar audiência com presidente do STF e tribunais superiores para pedir alteração de escolaridade e encaminhar PL específico. 4) Officiar FENAJUFE para reiterar pedido ao STF solicitando encaminhamento do projeto do NS. 5) Marcar seminário para setembro/2016 para discutir e deliberar medidas de valorização dos técnicos. 6) Criar link permanente no site do Sindicato informando o que é o NS. Tânia Mara sugeriu trabalho junto à categoria visando esclarecer e uni-los para defenderem juntos todas as demandas da categoria e evitar o assédio entre os servidores. Fernando Guetti: sugeriu que lutem para fazerem parte da divisão do orçamento federal. Por fim, Célio Izidoro fez a leitura das propostas de encaminhamentos/lutas discutidas e aprovadas: 1. Data-base como prioridade. 2. Possibilidade para advogar. 3. Luta contra reforma da previdência. 4. Levar discussão sobre a previdência e dívida pública para a sociedade. 5. Pressionar/fazer manifesto a outros sindicatos e entidades cobrando posição sobre atuação nas causas relacionadas à Reforma da Previdência. 6. Eleger representante para participarem dos fóruns nas frentes parlamentares e Mineira em Defesa de Previdência e outras questões relacionadas aos projetos nocivos à categoria. 7. Officiar federação sobre não participação das frentes da previdência e também cumprimento de estatuto. 8. Buscar unidade dos servidores. 9. Participar do orçamento da união como membros. 10. Realizar Seminário com participação de técnicos munidos de dados e informações relevantes acerca das questões relacionadas à Reforma da Previdência a fim de que estes possam conscientizar e embasar servidores para se prepararem e atuarem junto aos parlamentares. Cumprida a pauta, com o quórum composto por 48 (quarenta e oito) participantes assinando a lista de presença anexa, e com a pauta aprovada pela assembleia, foi encerrada esta convocatória às 13h07 pelo Coordenador-Geral. Igor Yagelovic, em conformidade com o atual estatuto, e eu, Margareth da Silva Pereira, secretária, lavrei e assinei esta ata que será também lida e assinada pelo Coordenador abaixo qualificado.

Belo Horizonte, 09 de julho de 2016.


Igor Yagelovic
Coordenador-Geral


Margareth da Silva Pereira
Secretária